

## Lex

ASSESSORIA JURÍDICA

# Renováveis: guerra e metas ambientais aceleram investimento

**Advogados da área da energia esperam atividade em alta no ramo das renováveis. Metas da descarbonização e contexto internacional dão mote para manter em alta trabalho de assessoria jurídica**

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

**P**ara os advogados da área da energia, o setor das renováveis tem sido um dos mais dinâmicos da economia, mas também uma importante fonte de trabalho nos últimos anos no mercado da assessoria jurídica. O contexto internacional, as metas europeias para a descarbonização, a evolução das tecnologias ou as condições naturais únicas do país são fatores que levam os especialistas contactados pelo Negócios a acreditar que a sua área de atividade se vai manter em alta ao longo deste ano.

“A conjuntura internacional aponta para que, em 2023, o investimento no setor das renováveis prossiga a trajetória de crescimento acelerado”, defende Francisco Santos Costa, sócio da Cuatrecasas. Na opinião deste advogado, “os ‘drivers’ principais continuarão a ser, por ordem de relevância, a guerra na Ucrânia, segurança energética e descarbonização da economia.

Para Santos Costa, Portugal “dispõe hoje de um quadro legal e regulatório extremamente favorável ao investimento no setor e espera-se que algumas medidas de simplificação aprovadas recentemente tenham um efeito multiplicador no investimento e contribuam para uma maior celeridade na entrada em operação de projetos que se encontram atualmente em fase de licenciamento”.

O potencial de Portugal na área das energias renováveis “é único e está ainda subaproveitado, em especial na componente de produção de energia solar fotovoltaica. Por outro lado, o nosso país “tem



Jose Luis Gonzalez/Reuters

É esperado um crescimento da atividade na área das renováveis no segmento do solar fotovoltaico.

potencial por aproveitar no eólico, em especial no eólico offshore (e hibridização de projetos solares) e no hidrogénio, bem como no biometano”, frisa João Marques Mendes, sócio da PLMJ.

O mesmo advogado adianta

**“Continua a haver disponibilidade para investir, de capital nacional e estrangeiro”, diz Ana Luísa Guimarães.**

que, “em particular, até 2030, para atingirmos os objetivos a que nos propomos, e que terão de ser reforçados à luz da nova ambição europeia e da estratégia para o hidrogénio, precisaremos de multiplicar por cinco – provavelmente, por mais – a capacidade instalada e em exploração de energia solar que temos hoje”. Marques Mendes conclui que “há, assim, muito investimento por levar a cabo”.

Ana Luísa Guimarães, sócia da Sérvulo, evidencia que no campo das renováveis “as metas são exigentes e, apesar de estarmos no bom caminho, o País não pode baixar os braços”. Segundo adianta, “continua a haver disponibilidade para investir, de capital nacional

estrangeiro”. Por isso, “mantendo-se os desafios públicos e a pressão do lado privado, esta interceção de vontades vai gerar necessariamente dinamismo neste setor e, com isso, envolvimento dos assessores jurídicos”, diz.

Para Mónica Carneiro Pacheco, sócia da CMS, expectativa é de o trabalho na área das energias renováveis se mantenha em alta, “até pelos sinais já recebidos no início do ano”. Segundo adianta, “um estudo mostra que o setor da Energia e Alterações Climáticas é um dos setores que, mesmo no contexto atual de inflação alta e de crise energética, continuará dinâmico e até com um aumento de ‘performance’”.

## Licenciamento e acesso à rede são problemas

Quanto aos subsectores que terão mais desenvolvimento, adianta a mesma advogada, “serão os da eficiência energética, onde se inclui a mobilidade elétrica, o auto-consumo, nomeadamente o auto-consumo coletivo e as comunidades de energia, o hidrogénio verde e o armazenamento”.

Também Gonçalo Gentil Anastácio, sócio da SRS Legal, considera que “o setor das renováveis vai continuar muito dinâmico em 2023”. Na opinião deste advogado, os principais focos deverão estar centrados, em especial, nos subsectores do solar e do hidrogénio.

Em jeito de conclusão, Catarina Brito Ferreira, sócia da Moraes Leitão sublinha que, neste momento, se espera que, em Portugal, “se venha a assistir, nos próximos anos, a um crescimento significativo da capacidade instalada em solar fotovoltaico e que o eólico offshore também venha a desempenhar um papel relevante”. Em particular, adianta, “tendo em conta o recursos naturais de que o país dispõe e, bem assim, a expectativa de que o Governo venha a promover leilões para a atribuição de capacidade ainda este ano”. ■

Quais são os principais constrangimentos com que se debatem as empresas ou outros investidores nas renováveis quando pretendem avançar com novos projetos? Licenciamentos difíceis e problemas de acesso à rede elétrica são os problemas mais equacionados.

“O ‘bottleneck’ do desenvolvimento dos projetos é o licenciamento. Embora muito já tenha sido feito, é necessário simplificar os procedimentos que envolvem várias entidades, ‘tirar’ a plataforma eletrónica – prevista no Decreto-lei 15/2022 – do papel, tornando-a uma realidade e aumentar a capacidade de

resposta das entidades licenciadoras”, explica a advogada Mónica Carneiro Pacheco, sócia da CMS.

Ana Luísa Guimarães atribui as dificuldades no licenciamento à falta de agilidade da máquina administrativa nacional. Isto, assegura a sócia da Sérvulo & Associados, “quer no plano formal e dos procedimentos administrativos – o que pode ser mais facilmente melhorado através de um simplex ambiental –, quer a um nível mais profundo e mais resistente à mudança, que é a própria cultura de organização e funcionamento da Administração Pública”.

Para a sócia da Moraes Leitão Catarina Brito Ferreira, “as entidades públicas e instituições, portuguesas e europeias, estarão conscientes destes constrangimentos, razão pela qual têm sido promovidas diversas iniciativas legislativas, a nível nacional e europeu, para ultrapassá-los”.

João Marques Mendes, sócio de Energia da PLMJ, defende ser “necessário investir e aprofundar os meios materiais e humanos das entidades licenciadoras nesta matéria”, em especial a Direção-Geral da Energia e Geologia. “É um investimento público absolutamente chave para a transição energética e,

creio, tão ou mais importante do que o investimento público na subsídio de novas tecnologias”, defende.

Além do licenciamento, Francisco Santos Costa, sócio da Cuatrecasas, aponta outro problema, que é o da falta de capacidade disponível na rede elétrica para ligação de novos projetos. A resolução “dependerá da capacidade de resposta dos operadores de rede relativamente aos projetos em desenvolvimento que aguardam a avaliação dos trabalhos de reforço de e respetivos orçamentos, sendo que os mesmos serão suportados pelos promotores que deles beneficiem”. ■



**É necessário investir e aprofundar os meios materiais e humanos das entidades licenciadoras [nas renováveis].**



**Há falta de agilidade da máquina administrativa nacional no plano formal e dos procedimentos administrativos.**



**Embora muito já tenha sido feito, é necessário simplificar os procedimentos que envolvem várias entidades.**



**Temos um problema de falta de capacidade disponível na rede elétrica para ligação de novos projetos.**

**“É necessário melhorar a eficiência dos procedimentos de licenciamento”, afirma Catarina Brito Ferreira.**



**JOÃO MARQUES MENDES**  
Sócio da PLMJ



**ANA LUÍSA GUIMARÃES**  
Sócia da Sérvulo & Associados



**MÓNICA CARNEIRO PACHECO**  
Sócia da CMS



**FRANCISCO SANTOS COSTA**  
Sócio da Cuatrecasas